



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0309302-1

6ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Bradesco Financiamento S/A

Apelado: Francisco de Assis de Oliveira Melo

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. VENDA ANTECIPADA DO BEM. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA ARRENDANTE. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. Uma vez reintegrado na posse do bem, a arrendadora, como titular do domínio, tem a liberdade de exercitar todos os seus direitos de proprietária, podendo, inclusive alienar extrajudicialmente o bem para ressarcir-se ou novamente arrendá-lo a terceiro, independente inclusive, de prévia autorização judicial para tanto. Todavia, o pressuposto que encadeia a ação reintegrativa pode não ser verdadeiro, ou seja, não haver na verdade o esbulho e, diante disso, a ação ser julgada improcedente, restando, nesse caso, o direito de indenização do réu em face do autor.
2. É indubitável que a determinação de restituição do veículo restou destituída de resultado prático, ante a venda do bem para terceiro de boa-fé, portanto, converte-se a obrigação em perdas e danos.
3. Como o objetivo é de restituição do *status quo*, a parte recorrente deverá ressarcir o valor equivalente às parcelas pagas pelo arrendatário.
4. A venda à terceiro do veículo, privando o arrendatário da sua fruição, saliente-se o fato da purgação da mora em tempo hábil, ultrapassa os dissabores da vida social, operando-se na esfera emocional do indivíduo, violando direito fundamental da personalidade, causando-lhe vexame, sofrimento, humilhação e outras amarguras espirituais, ensejando a indenização por danos morais.
5. Recurso de apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação cível n° 0309302-1, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso de apelação, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife,

10/06/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0309302-1

6ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Bradesco Financiamento S/A

Apelado: Francisco de Assis de Oliveira Melo

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo **Bradesco Financiamento S/A** em face da sentença proferida pelo Juízo 6ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes que, nos autos da Ação de Indenização por Perdas e Danos Patrimoniais/Morais, julgou parcialmente procedentes os pedidos, para condenar a Instituição Financeira à restituição dos valores pagos pelo autor a título de danos materiais, no valor de R\$ 21.659,68 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) referente às parcelas pagas do contrato de arrendamento, bem como no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais.

A lide se originou da realização de um contrato de arrendamento mercantil pactuado entre o autor, ora apelado, e a instituição financeira, tendo como objeto um veículo automotor, pelo prazo de 72 meses, em que aquele se tornou inadimplente em relação a duas parcelas. Motivo pelo qual o Banco arrendante ajuizou Ação de Reintegração de Posse do bem móvel, tendo o arrendatário purgado a mora, oportunidade em que, na sentença, determinou o Magistrado a devolução do veículo ao arrendatário.

Todavia, a ordem judicial restou inócua, haja vista a alienação do bem pelo Banco arrendante à terceiro, através de leilão. Assim, em virtude da alienação indevida do bem, o arrendatário, ora apelado, ajuizou ação de indenização por perdas e danos, a qual foi julgada parcialmente procedente.

Irresignado, o Banco apelante interpôs o presente recurso alegando, em síntese, que não foi demonstrada a existência de qualquer ato ilícito a ser imputado capaz de ensejar a condenação por danos morais, isso porque meros dissabores da vida social não dão suporte para referida pretensão e, eventualmente, caso não seja esse o entendimento, para que seja reduzido o valor fixado. Ainda, que não restou caracterizado qualquer dano na sua esfera patrimonial suficiente ao ressarcimento material. Por fim, pugna para que sejam reduzidos os honorários advocatícios arbitrados.

Devidamente intimada para apresentar contrarrazões, a parte apelada deixou transcorrer *in albis* o prazo legal sem qualquer manifestação.

Em virtude do valor da causa não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, parágrafo único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife,

3/6/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível n.º: 0309302-1	6ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes
Apelante: Bradesco Financiamento S/A	
Apelado: Francisco de Assis de Oliveira Melo	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

VOTO

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários à sua admissibilidade.

O cerne da questão cinge-se em saber se a venda antecipada do bem objeto de contrato de arrendamento mercantil, impossibilitando a sua devolução ao arrendatário que purgou a mora tempestivamente, é capaz de responsabilizar ou não a instituição financeira arrendante por perdas e danos.

No contrato em análise, o arrendatário celebra uma convenção com a empresa arrendante, que em troca do financiamento fica com o domínio do bem, entregando ao arrendatário apenas a posse direta mediante o pagamento de prestações, as quais corresponderão no seu total, ao valor do bem, aos custos da operação e ao lucro da arrendante. Ou seja, no contrato de arrendamento mercantil apenas a posse é transferida, a propriedade do bem arrendado permanece com a empresa arrendante, que ocupa a posição de locadora e proprietária do bem.

Assim, uma vez reintegrado na posse do bem, a arrendadora, como titular do domínio, tem a liberdade de exercer todos os seus direitos de proprietária, podendo, inclusive alienar extrajudicialmente o bem para ressarcir-se ou novamente arrendá-lo a terceiro, independente inclusive, de prévia autorização judicial para tanto.

Todavia, o pressuposto que encadeia a ação reintegrativa pode não ser verdadeiro, ou seja, não haver na verdade o esbulho e, diante disso, a ação ser julgada improcedente, restando, nesse caso, o direito de indenização do réu em face do autor.

No caso dos autos, a instituição financeira optou pela venda do bem, mesmo sabendo dos riscos decorrentes de possível improcedência ou da extinção do processo, mostrando-se temerária a venda do veículo sem a existência de uma decisão de mérito ou da autorização do juízo.

Portanto, afasto a tese do recorrente de que estaria no exercício do direito de propriedade sobre o veículo, na medida em que a situação peculiar apontava para o litígio pendente de decisão definitiva quanto à reintegração na posse do bem.

Ainda, e mais intrigante, o fato de que o arrendatário purgou a mora dentro do prazo legal, motivo que determinou o magistrado na sentença a devolução do bem pelo Banco arrendador.

Diante da atitude da recorrente, é indubitável que a determinação de restituição do veículo restou destituída de resultado prático, ante a venda do bem para terceiro de boa-fé, portanto, converte-se a obrigação em perdas e danos.

Nesse contexto, como o objetivo é de restituição do *status quo*, a parte recorrente deverá ressarcir o valor equivalente às parcelas pagas pelo arrendatário.

Nessa linha de raciocínio, a jurisprudência pátria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PURGA DA MORA. REVOGAÇÃO DA LIMINAR. VENDA ANTECIPADA DO BEM PELO ARRENDANTE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA EFETIVIDADE PROCESSUAL. Com a venda extrajudicial do bem, a determinação de restituição do mesmo se mostra inócua, motivo pelo qual converte-se a obrigação de fazer em perdas e danos. A parte recorrente deverá depositar o valor equivalente a um veículo de mesmo modelo e ano, tendo como base o preço da tabela FIPE no momento da alienação. RECURSO IMPROVIDO.

(Apelação Cível Nº 70044237113, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Judith dos Santos Mottecy, Julgado em 19/04/2012).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIMINAR. ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL ANTES DO JULGAMENTO FINAL DA LIDE. POSSIBILIDADE APÓS O DECURSO DO PRAZO DE PURGA DA MORA. DIREITO DO ARRENDANTE, NA CONDIÇÃO DE PROPRIETÁRIO DO BEM. I. Deferida a liminar de reintegração de posse, deve ser mantida a proibição de venda antecipada do bem. Tal medida se justifica, por enquanto, para resguardar as partes de eventual prejuízo futuro, na medida em que não decorreu o prazo para a purga da mora. Ademais, tal providência visa apenas evitar discussões futuras e impossibilidade de devolução do bem apreendido, como ocorre em diversas situações que aportam nesta Corte. II. O prazo de purga da mora é de cinco dias, contados da juntada do mandado de reintegração de posse cumprido aos autos. III. Não exercido o direito de purga da mora pelo devedor, é possível a venda extrajudicial do bem pelo arrendante, na condição de legítimo proprietário (Lei do Arrendamento Mercantil, art. 1.128, do Código Civil, art. 14, da Resolução nº 2.309/96, do Banco Central), até porque a manutenção da posse implicaria em maiores gastos para o arrendante e o decurso do tempo acarretaria na desvalorização do bem, sendo que todos estes prejuízos seriam suportados, ao final, pelo devedor. IV. Por óbvio, eventual extinção ou improcedência da ação possessória implicará na conversão da restituição do bem em perdas e danos, de responsabilidade do arrendante. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70055381693, Décima Quarta Câmara Cível, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 12/09/2013).

ARRENDAMENTO MERCANTIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PURGAÇÃO DA MORA. ADMISSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DO BEM ARRENDADO. CABIMENTO. 1. Admite-se a purgação da mora nas ações de reintegração de posse decorrente de arrendamento mercantil, preservando-se os interesses de ambas as partes e a comutatividade da avença, mesmo porque a lei não veda tal benefício ao arrendatário. 2. Para fins de purgação da mora, deve-se ter em consideração o valor das prestações vencidas e não pagas, com os encargos decorrentes, até o efetivo pagamento. 3. Efetuada a venda extrajudicial do veículo arrendado, torna-se impossível a restituição do bem ao réu, daí porque convertida a obrigação em perdas e danos correspondentes ao valor do bem no mercado à época da purgação da mora, atualizado. Recurso provido.

(TJ-SP - APL: 00004451720118260007 SP 0000445-17.2011.8.26.0007, Relator: Gilberto Leme, Data de Julgamento: 16/07/2013, 27ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/07/2013).

Quanto aos danos morais, estes restam evidentes, pois, como bem andou o Juízo a quo, a venda à terceiro do veículo, privando o arrendatário da sua fruição por três anos, saliente-se o fato dele ter purgado a mora em tempo hábil, ultrapassa os dissabores da vida social, operando-se na esfera emocional do indivíduo, violando direito fundamental da personalidade, causando-lhe vexame, sofrimento, humilhação e outras amarguras espirituais.



Em relação ao *quantum* a ser fixado a título de danos morais, convém tecer algumas considerações a respeito do caso concreto.

Nesta seara, "deve o juiz ter em mente o princípio de que dano não pode ser fonte de lucro. A indenização deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano" (FILHO, Sérgio Cavalieri. In Programa de Responsabilidade Civil, 8.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 93).

Inexiste parâmetros legais para a fixação do valor da indenização dos danos morais. O art. 944, do Código Civil de 2002, no entanto, diz que "a indenização mede-se pela extensão do dano", podendo o juiz arbitrar, equitativamente, a indenização que contiver "excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano" (parágrafo único). Mas como não tem base financeira ou econômica própria e objetiva, o "quantum" da reparação dos danos morais é aleatório. Cabe ao Magistrado arbitrar o valor que entender justo, adequado, razoável e proporcional, contudo, o "quantum" indenizatório não pode propiciar o enriquecimento ilícito da parte lesada, o que é vedado pelos arts. 884 a 886, do Código Civil de 2002.

Com efeito, estou convencido de que o valor do dano moral foi fixado com prudência pelo Magistrado *a quo*, pois a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mostra-se suficiente a reparar o dano causado ao autor, ora apelado, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importaria enriquecimento sem causa ensejador de novo dano.

Com relação aos honorários advocatícios, bem andou o Juízo *a quo* na sua fixação, tendo em vista o tempo despendido no trabalho, sua qualidade e grau de zelo profissional e ainda mais em face da complexidade do caso, entendo que a melhor solução foi a sua fixação no percentual de 15%, observando os parâmetros constantes no art. 20, §3º, do CPC.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao apelo, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos, pois analisou corretamente as questões postas em julgamento, conferindo à causa a mais adequada e justa solução, razão pela qual resiste claramente às críticas que lhe são dirigidas nas razões recursais.

É como voto.

Recife, 10 de junho 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator